

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - http://www.cmm.pr.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 15032/2019

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Altera a Lei n. 10.762/2018, que estabelece diretrizes a serem observadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Municipal, Direta e Indireta, nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos, bem como dispensa o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país que se destinem a fazer prova nesses órgãos e entidades.

- **Art. 1.º** O artigo 2.º da Lei n. 10.762/2018 passa a vigorar com a redação abaixo:
- "Art. 2.º Na relação dos orgãos e entidades dos Poderes Públicos do Município de Maringá com o cidadão, é dispensada a exigência de:
- I reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
- II autenticação de cópia do documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
- III juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.
- § 1.º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2.º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito a sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3.º Os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento por outro órgão ou

entidade do mesmo Poder." (NR)

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 12 de março de 2019.

SIDNEI TELLES Vereador-Autor

ONIVALDO BARRIS Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho**, **Vereador**, em 20/03/2019, às 16:08, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris**, **Vereador**, em 22/03/2019, às 14:42, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador 0120594 e o código CRC 827981D7.

19.0.00001022-0 0120594v10